

**ENTREVISTA A LAURENTINO GOMES**  
**Fonte: Pessoal e Transmissível (TSF)**

**Fonte:** [http://podcast.cdn.tsf.pt/pet\\_20080303.mp3](http://podcast.cdn.tsf.pt/pet_20080303.mp3)

**Ouve a entrevista a Laurentino Gomes e responde às seguintes perguntas:**

Que pergunta faria Laurentino Gomes ao rei D. João VI?

Qual a idade e profissão de Laurentino?

Porque é que Laurentino adora jornalismo?

O que é que aconteceu em 1808?

Por quanto tempo permaneceu a corte no Rio de Janeiro?

Como era o Brasil até 1807?

Que produtos tirava Portugal do Brasil?

Quando é que se conseguiu a independência brasileira?

Que consequências teve para Portugal a fuga do monarca?

Quando foi descoberto o Brasil?

Que pergunta muito curiosa lhe fez um jornalista?

O que se teria passado com o Brasil se o rei de Portugal não tivesse lá fugido?

Que estados do Brasil são citados? Pode agrupá-los por zonas?

Que três revoltas anteriores a 1808 são citadas?

Que duas explicações existem para o facto de a esquadra ter feito escala na Bahia?

Qual tem sido mais defendida pelos historiadores? Como explica Laurentino os factos?

O que se tinha passado em 1763?

Que medida tomou D.João VI no Brasil?

Como foram vistos D.João VI e Carlota Joaquina em Portugal e no Brasil?

## **DIGA SE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES SÃO VERDADEIRAS OU ERRADAS**

A tarefa do jornalista é aprofundar na história

A sociedade é contra as intrusões dos jornalistas

Ele pesquisou sobre a história com uma abordagem jornalística

Antes de 1807 o Brasil só existia para Portugal em termos de pagamentos de impostos

Antes de 1807 os produtos brasileiros não podiam ser vendidos em Portugal

Quando a corte chegou ao Rio de Janeiro facilitou-se o relacionamento entre as distintas elites brasileiras

A independência brasileira conseguiu-se em 1808

Com a fuga do casa real para o Brasil, Portugal perdeu tudo o que lhe restava de império

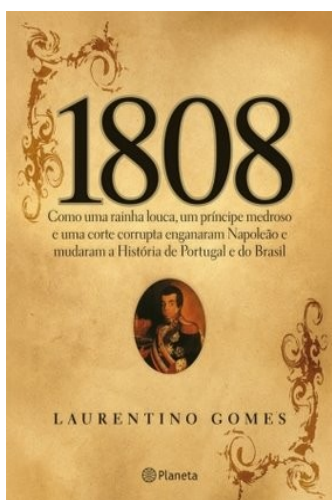
Para Laurentino, 1500 foi uma data fulcral na história do Brasil

As tropas francesas chegaram a Lisboa umas horas antes de o rei ter ido embora

Antes de 1807 não tinha havido revoltas que visassem a independência do Brasil em todo o seu conjunto

Alguns militares ingleses acompanharam as esquadras portuguesas na viagem ao Brasil

Ao que parece, D. João VI não terá sido muito bem tratado pelos baianos



**LAURENTINO GOMES**

## **REPARE NOS SEGUINTE TRECHOS TIRADOS DA ENTREVISTA A LAURENTINO GOMES**

Aliás lhe dá direito de entrar em qualquer lugar, em qualquer tema, sem ser chamado

Foi justamente enquanto jornalista que Laurentino Gomes se tirou à pesquisa de um episódio histórico que ...

A fuga da corte de D.João VI terá tido um impacto mais duradouro entre os portugueses ou entre os brasileiros?

Inclusive com os portos fechados

Pela primeira vez

Nada aconteceu de muito importante em 1500

Um jornalista me perguntou

Há algum tipo de indício histórico que mostre que tensões no Brasil pudessem vir a dar origem à degradação do país...

Que contraria aquilo que costuma ser aceite com um dado histórico

A afirmação de que a corte não terá feito aquela escla inicial que fez

A ida da corte para o Brasil

E aí aparece um D. João mais esperto do que estávamos acostumados a pensar até agora

Já há mais de 50 anos o Rio era a capital

Passar em Salvador, fazer um afago aos baianos

Tem outra razão, que é

Essa imagem caricata do rei D.João Sexto como um rei abobalhado e comedor de franguinhos

Transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821)

Há aquela última cena que no embarque de volta ela bate as sandálias nas muradas do navio e diz assim: tiro o último grão de poeira deste país.

Finalmente volto para uma terra

D.João VI

Entrepósitos comerciais

Palestras

Cimento

## **CHAVE**

Que pergunta faria Larentino Gomes ao rei D. João VI?

Sabia exactamente o que estava a fazer e que consequências teria para Portugal e o Brasil.

Qual a idade e profissão de Laurentino?  
Jornalista. 51 anos.

Porque é que Laurentino adora jornalismo?  
É a única profissão que lhe dá direito a fazer perguntas sobre qualquer assunto, sem pedir licença

O que aconteceu em 1808?  
A fuga da corte de D.João VI para o Rio de Janeiro.

Por quanto tempo permaneceu a corte no Rio de Janeiro?  
13 anos.

Como era o Brasil até 1807?  
o Brasil não existia, era uma fazenda de Portugal.  
O Brasil só exportava produtos primários.

Que produtos tirava Portugal do Brasil?  
Açúcar, ouro, tabaco, diamante, carne de gado, algodão.

Quando é que se conseguiu a independência brasileira?  
1822

Que consequências teve para Portugal a fuga do monarca?  
O imperio colonial português, em rigor, deixou de existir

Quando foi descoberto o Brasil?  
Em 1500

Que pergunta muito curiosa lhe fez um jornalista?  
O que é que teria passado se as tropas francesas chegassem a Lisboa umas horas antes

O que se teria passado com o Brasil se o rei de Portugal não tivesse lá fugido?  
O país teria-se fragmentado em três ou quatro repúblicas menores

Que estados do Brasil são citados? Pode agrupá-los por zonas?  
Minas, s.Paulo, rio  
Nordeste  
Pará, Maranhão  
Rio Grande do Sul

Que três revoltas anteriores a 1808 são citadas?

Mineira – tiradentes  
revolução pernambucana 1817 – independência do Nordeste.

Que duas explicações existem para o facto de a esquadra ter feito escala na Bahia?

Qual tem sido mais defendida pelos historiadores? Como explica Laurentino os factos?

Tempestade na ilha de Madeira  
Existência de vários pólos de poder no próprio Brasil

O que se tinha passado em 1763?  
Transferência da capital da Bahia para o rio de Janeiro

Que medida tomou D.João VI no Brasil?  
A abertura dos portos

Como foram vistos D.João VI e Carlota Joaquina em Portugal e no Brasil?

Carlota Joaquina dizia que no Brasil nem...  
as carnes duravam, se estragavam muito rapidamente

## **VERDADEIRO / ERRADO**

A tarefa do jornalista é aprofundar na história F

A sociedade é contra as intrusões dos jornalistas F aceita

Ele pesquisou sobre a história com uma abordagem jornalística V

Antes de 1807 o Brasil só existia para Portugal em termos de pagamentos de impostos F era uma fazenda

Antes de 1807 os produtos brasileiros não podiam ser vendidos em Portugal F o comércio entre o Brasil e o resto do mundo

Quando a corte chegou ao Rio de Janeiro facilitou-se o relacionamento entre as distintas elites brasileiras

A independência brasileira conseguiu-se em 1808 F 1822

Com a fuga do casa real para o Brasil, Portugal perdeu tudo o que lhe restava de império F continuavam os entrepostos comerciais

Para Laurentino, 1500 foi uma data fulcral na história do Brasil F nada aconteceu de muito importante nessa data

As tropas francesas chegaram a Lisboa umas horas antes de o rei ter ido embora  
F depois

Antes de 1807 não tinha havido revoltas que visassem a independência do Brasil em todo o seu conjunto V

Alguns militares ingleses acompanharam as esquadras portuguesas na viagem ao Brasil V

Ao que parece, D. João VI não terá sido muito bem tratado pelos baianos F

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Embarque do príncipe regente Dom João e toda família real para o Brasil no cais de Belém. A transferência da corte portuguesa para o Brasil teve início com o embarque da família real e parte da corte do Reino de Portugal em 29 de Novembro de 1807 no Porto de Lisboa.

Com a transferência da família real e da corte, a capital do reino foi estabelecida no Rio de Janeiro, na então maior e mais importante colônia portuguesa, o Brasil.

## Antecedentes

O plano de transferência da família real para o Brasil, refúgio seguro para a soberania portuguesa quando a resistência militar a um invasor fosse inútil na metrópole, fora já por duas vezes sugerido em tempos mais recuados: ante o avanço dos tercios do duque de Alba, o prior do Crato terá sido aconselhado a buscar um reduto além-Atlântico[1]; na conjuntura aberta pela Restauração da independência (1640), quando a França abandonou Portugal no Congresso de Münster (1648), o padre António Vieira apontou ideia semelhante a dom João IV, associando-a ao vaticínio da fundação do Quinto Império. Mais tarde, sem ameaça militar iminente, o diplomata dom Luís da Cunha defendeu a ideia de se transferir para o Brasil a sede da monarquia portuguesa [2].

Perante a ameaça militar, além de sugerida, a ideia teve inícios de concretização quando a Espanha invadiu Portugal como consequência do "Pacto de Família", chegando o marquês de Pombal a mandar aprontar uma esquadra que transportaria o rei D. José I e a sua corte. Havia alguns exemplos estrangeiros a considerar: Vauban aconselhara o refúgio americano ao futuro Filipe V; e, Pombal, ao ordenar a preparação da Esquadra de D. José I, apoiava-se no precedente da Imperatriz Maria Teresa de Áustria se ter disposto a descer o Danúbio, se a sua Corte em Viena viesse a correr perigo.

No novo contexto internacional criado pelo Império de Napoleão Bonaparte, a ideia da retirada para o Brasil voltou à tona, sendo defendida pelo marquês de Alorna em 30 de Maio de 1801[3] e, em 16 de Agosto de 1803, por dom Rodrigo de Sousa Coutinho[4].

A ideia de uma transferência para o Brasil, tendo surgido sobretudo em contextos de ameaça iminente à soberania portuguesa, como um meio de reforço de segurança, foi também apresentada como uma via necessária ao cumprimento de um projecto messiânico, como em António Vieira, ou como um meio para redefinir as relações de forças no "equilíbrio europeu" pós-Vestfália, como em dom Luís da Cunha, marquês de Alorna e dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

## A conjuntura de 1807

Antes das campanhas do Rossilhão e da Catalunha, a Espanha abandonara a aliança com Portugal, fazendo causa comum com o inimigo da véspera - a França de Napoleão. Resultou daí a invasão de 1801, em que a Inglaterra de

nada serviu a Portugal.

Enquanto o Corpo de Observação da Gironda penetra em Portugal debaixo do pretexto da protecção, o Tratado de Fontainebleau entretanto assinado entre a França e a Espanha, retraçava Portugal em três principados. O plano de Napoleão era o de aprisionar a Família Real portuguesa, sucedendo a D. João VI o que vem a suceder a Fernando VII e a Carlos IV de Espanha em Baiona - forçar uma abdicação. Teria Portugal um Bonaparte no trono e, paralelamente, a Inglaterra apossar-se-ia das colónias portuguesas, sobretudo o Brasil[5].

### Os acontecimentos

Após os Tratados secretos de Tilsit de Julho de 1807, os representantes da França e de Espanha em Lisboa entregaram ao príncipe regente de Portugal, dom João, em 12 de Agosto, os “pedidos” de Napoleão: Portugal teria que se juntar no bloqueio continental que a França decretara contra a Inglaterra; fechar os seus portos à navegação britânica; declarar a guerra aos ingleses; sequestrar os seus bens em Portugal, e prender todos os ingleses residentes. D. João era intimado a dar uma resposta até ao dia 1 de Setembro.

No Conselho de Estado em Portugal, reunido no dia 18 de Agosto, sem se conhecer ainda a manobra de Napoleão, vence a posição do ministro António de Araújo e Azevedo: Portugal unia-se à causa do bloqueio continental, fechando-se os portos aos navios ingleses. A única objecção aos “pedidos” de Napoleão era a de se não aceitar o sequestro de bens e de pessoas de nacionalidade inglesa, por não serem conciliáveis com os princípios cristãos. O ministro Araújo mandou escrever as cartas e expediu-as. Essa era a posição tomada por Lisboa, mas deixando vencida uma minoria liderada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que defendera que se fizesse guerra contra a França e Espanha, e que se aprontasse 70 mil homens e que se mobilizassem 40 milhões de cruzados para a custear. Na mesma reunião, Coutinho formula de novo (preconizara-a já em 1803) a idéia de uma retirada estratégica: se Portugal não tiver sorte nas armas, então “passasse a família Real para o Brasil”. [6]

A idéia estava uma vez mais lançada, mas estava claro que os membros do Conselho de Estado se encontravam divididos em dois partidos - o chamado “partido francês” e o chamado “partido inglês”. O “partido inglês”, liderado por Rodrigo de Sousa Coutinho, contando também com personalidades como a de D. João de Almeida, preconizava a continuação dos pactos internacionais com o Reino Unido, insistindo na necessidade de encarar com firmeza a ideia de guerra. O “partido francês”, liderado por António de Araújo e Azevedo, defendia a aceitação das condições francesas e, embora dissesse que buscava a neutralidade, inclinava-se para o lado da França.

Sucedem-se as reuniões. Em 30 de Agosto, na reunião do Conselho de Estado, vinga a ideia de se enviar para o Brasil apenas o príncipe da Beira (príncipe D. Pedro, herdeiro do trono) e as Infantas. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho continua a defender a ideia de que Portugal devia fazer primeiro guerra à França e que a saída de toda a Família Real só se deveria realizar perante a dificuldade militar. Começaram imediatamente os preparativos para a saída do



príncipe da Beira e das infantas, mandando-se aprontar uma Esquadra de quatro naus. As restantes naus da Armada portuguesa ficariam em defesa do Porto de Lisboa.

Nas flutuações constantes do período que se segue, as movimentações do general Lannes, embaixador francês em Lisboa, frutificam na queda de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, de dom João de Almeida, e na demissão de Pina Manique. Vencia o “partido francês”, com António de Araújo e Azevedo a substituir os ministros demitidos, e a triunfar a “política de neutralidade” favorável à França de Napoleão.

Em meados de Outubro, a reunião do Conselho de Estado fez-se já sem a presença de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Antes de receber qualquer resposta, Napoleão dera já ordem de marcha através da Espanha a um exército de cerca de 30 mil homens sob o comando de Junot. Não se sabe ainda se as tropas se dirigem para Portugal, avaliando-se as posições das potências. Napoleão Bonaparte mostrava-se cauteloso, modificando a cláusula em que pedia o sequestro dos bens e pessoas de nacionalidade britânica; Manuel de Godoy, dizia que se a Espanha tivesse a intenção de tomar Portugal, tê-lo-ia feito em 1801, mas “que nem se lembrasse(m) do retiro para o Brasil”; o rei do Reino Unido exortava à transferência para o Brasil da família real e oferecia a sua Esquadra. A posição britânica vinha apoiada num extenso documento em que se dizia que ficara resolvido pelas outras potências “a extinção da Monarquia Européia Portuguesa, e portanto o único recurso era ir conservar a sua Monarquia no Brasil”. [7]

Em fins de Outubro, realizam-se novas reuniões do Conselho de Estado, defendendo dom João de Almeida a saída de toda a família real e não apenas do príncipe da Beira e das infantas. Mantêm-se todas as ordens dadas para que continuassem os preparativos da Esquadra. Depois se veria quem iria sair para o Brasil.

No dia 22, é publicado o edital tornando público o decreto do príncipe regente mandando fechar os portos portugueses aos navios de guerra e mercantes da Grã Bretanha. Três dias depois, o príncipe regente, D. João, dá parte aos seus ministros dos preparativos da viagem o príncipe da Beira, mas que pode ser de toda a família real se as circunstâncias o impuserem, e decide escrever para Espanha e França.

A decisão de transferir a corte para o Brasil, porém, ficara já resolvida na convenção secreta subscrita em Londres, em 22 de Outubro de 1807, e que vem a ser ratificada em Lisboa no dia 8 de Novembro. Pela mesma altura, chegava a Lisboa a notícia da prisão em Espanha do príncipe herdeiro do trono (príncipe das Astúrias), e de que tropas espanholas e francesas se estavam a dirigir para a fronteira portuguesa.

Confirmavam-se os propósitos de Napoleão em relação a Portugal e a Espanha; tinham fundamento as advertências do rei da Grã-Bretanha e as do chamado “partido inglês” no Conselho de Estado. Não havia alternativa à retirada de toda a Família Real e do Governo do Reino para o Rio de Janeiro.

Nas últimas decisões tomadas pelo Príncipe Regente parece haver a intenção

de manter-se um certo equilíbrio entre os partidos em conflito. O “partido francês” vê satisfeitos os “pedidos” de Napoleão, fechando-se os portos aos navios de guerra e mercantes ingleses, e dando-se ordem de expulsão aos ingleses residentes em Portugal, enquanto o “partido inglês” obtém a continuação dos preparativos da Esquadra para a saída do Príncipe da Beira.

O ministro António de Araújo e Azevedo ainda mandou desviar para as costas portuguesas os poucos efectivos militares de que Portugal dispunha, alegando que poderíamos ser surpreendidos por um desembarque britânico. Era um último esforço para favorecer a entrada das tropas comandadas por Junot.

O príncipe D. João só no dia 23 de Novembro recebeu a notícia de terem entrado tropas francesas em território português. Convocou imediatamente o Conselho de Estado, que decide embarcar quanto antes toda a família real e o Governo, servindo-se da Esquadra que estava pronta para o príncipe da Beira e as infantas.

Nos três dias seguintes ainda se aprontaram outros navios, que viriam a transportar para o Brasil cerca de quinze mil pessoas. Em 26, foi nomeada uma Junta Governativa do Reino para ficar em Portugal, e difundidas Instruções aos Governadores, nas quais se dizia que “quanto possível for”, deviam procurar conservar em paz o Reino, recebendo bem as tropas do Imperador.

Junot, no seu Diário, manuscrito da Biblioteca da Ajuda, revela quanto os franceses receavam aquele embarque. Ao ser informado que este estava já em execução, e não podendo voar sobre o Ribatejo até Lisboa com as suas tropas, ainda enviou Hermann a Lisboa com a missão de o atrasar ou impedir. “Mr. Hermann ne put voir ni le Prince ni Mr. D. Araujo; celui-ci seulement lui dit que tout était perdu” (O Sr. Hermann não pôde ver nem o Príncipe nem o sr. D. Araujo; este apenas lhe disse que tudo estava perdido), escrevia depois Junot a Bonaparte. Para Araújo, para o “partido francês”, o mais importante estava na verdade perdido - não era mais possível aos franceses aprisionarem o príncipe regente de Portugal.